

Apresentação

O relativamente longo processo de criação na Universidade do Porto de um ciclo de estudos conferente do grau de doutor em Estudos do Património conclui-se através do Despacho nº 4723/2016, publicado no Diário da República, 2ª série, de 6 de abril desse ano. O Doutoramento em Estudos do Património (DEP), da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) vê a sua primeira edição concretizar-se no ano letivo de 2016/17. Trata-se de um curso cuja área disciplinar predominante são os Estudos do Património e que comporta três ramos possíveis de especialização: Arqueologia, História da Arte e Museologia. A sua organização em seis semestres contempla, nos dois primeiros, uma componente curricular composta por um Seminário – cuja coordenação é assegurada por três docentes em representação de cada uma daquelas especializações, mas cuja frequência é comum a todos os estudantes – e por uma unidade curricular em cada semestre, já organizadas segundo os ramos de especialização. O Seminário cumpre a função primordial de abordar conteúdos abrangentes e diversificados, entendidos como facilitadores de uma leitura global e atualizada das problemáticas patrimoniais. As outras duas unidades curriculares visam ser o espaço de construção e/ou amadurecimento dos projetos de investigação dos estudantes, tendo em vista a boa concretização das respetivas teses. No final do primeiro ano do curso, cada estudante deve estar em condições de submeter e defender perante um júri a sua proposta de tese. A apreciação desta ao nível mínimo do Bom é condição necessária para que possa prosseguir no curso e inscrever a sua proposta de tese no Registo Nacional de Teses de Doutoramento da Direção-Geral de Estatística da Educação e Ciência. Daí para a frente, o processo investigativo de cada tese seguirá o trajeto habitual de um desenvolvimento mais individual e autónomo, acompanhado sobretudo pelo(s) respetivo(s) orientador(es).

Não tendo estado envolvida no processo de conceção e certificação do DEP, no ano letivo da sua segunda edição, em 2017/18, passo, contudo, a integrar a comissão científica do curso e a ser um dos docentes do referido Seminário. Ao mesmo tempo, nesse mesmo ano letivo, asseguro igualmente a orientação de dois estudantes do DEP,

inscritos no 2º ano do curso, e de outros dois a frequentar o 1º ano, todos inscritos na especialização em Museologia. Este conjunto de fatores e a subjacente filosofia do DEP, assente na ideia dos seus estudantes construírem e consolidarem num *work in progress* os seus objetos de estudo, tornam evidente que encontrar mais um espaço de partilha e discussão traria vantagens para o amadurecimento das investigações em curso. Dando seguimento a estas intenções, desafiei os quatro orientandos inscritos na especialização em Museologia a organizarem uma reunião científica, onde, em simultâneo, fosse possível aprofundarem os seus conhecimentos e transmitirem e partilharem com os restantes colegas as suas dificuldades e os avanços alcançados. Começado a organizar a partir do final do ano letivo 2017/18, a primeira edição do Seminário DEP, subordinado ao título genérico ***Discursos Expositivos: Como, Porquê, Para Quem?*** ocorre a 2 de novembro de 2018, uma data escolhida tendo em vista também os estudantes recém-inscritos na nova edição do doutoramento, para os quais o evento se apresenta como mais um fórum de discussão. O programa de um dia articulou a presença de três conceituados oradores convidados – Nélia Dias, João Figueiredo e Pedro Casaleiro – e apresentações dos quatro doutorandos organizadores do evento – Simão Mateus, Maria Manuela Restivo, Madina Ziganshine e Sérgio Pereira, tendo-se o evento realizado na FLUP com o apoio institucional do Departamento de Ciências e Técnicas do Património (DCTP) e de dois centros de investigação, o Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-UP) e o Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM)

A experiência levada a cabo foi avaliada por todos os que nela intervieram como bastante positiva e um meio eficaz de potenciar contactos privilegiados com a comunidade académica e suas práticas de produção e divulgação de conhecimentos, assim contribuindo também para que os futuros doutorados melhor interiorizem os novos desempenhos que deles se espera. Por isso mesmo, no ano seguinte, o Seminário DEP tem nova edição, concretizando-se a sua realização a 8 de novembro de 2019, agora com o título genérico ***Interseções: Rumos e Visões do Património Cultural***. A concretização do evento é orientada pelos mesmos objetivos e segue um modelo idêntico, mas, desta vez, o desafio foi lançado a todos os estudantes do DEP. Em termos dos oradores convidados, o programa integra apenas dois reconhecidos especialistas – Márcia Chuva e Joaquim Loureiro –, já que, do lado dos doutorandos, sete deles se

prontificam para apresentar comunicações – Tara Trancón, Filipe Serra Carlos, Daniel Madureira, Raquel Rodrigues, Marisa Santos, Raphael Fabrino e Ana Mendes. Em termos da participação ativa dos estudantes devem ainda ser referidos mais dois nomes que integraram a respetiva comissão organizadora – Liliana Duarte e Maria Moura, tendo esta segunda edição beneficiado novamente do apoio institucional do DCTP e do CITCEM.

A breve reconstituição acima produzida da história das duas edições concretizadas do Seminário DEP, uma iniciativa cujos contornos científico-pedagógicos são reconhecidos como significativas mais-valias para a formação dos doutorandos, obriga a que se lamente a sua não-continuidade em 2020. É esse, contudo, o caso! Vicissitudes várias, de entre as quais não pode ser escamoteado o impacto brutal e avassalador da pandemia do covid-19, impediram quer a preparação do evento, que deveria ter sido iniciada pelo final do ano letivo 2019/20, quer a sua realização efetiva, a ocorrer, se se seguisse o padrão habitual, em novembro de 2020. Pode-se colocar a pergunta se a interrupção será apenas temporária, mas essa é uma questão a que, de momento, nem eu nem ninguém conseguirá responder de forma perentória. Assim sendo, pode-se apenas desejar que assim venha a acontecer. Mantendo essa esperança, aqui se deixa em aberto a possibilidade de novas edições do evento virem a ocorrer nos próximos anos.

Entretanto, há uma outra linha de ação que se apresenta, não só como oportuna, mas também como fundamental porque em linha com os objetivos originais que sustentaram a ideia da realização de uma reunião científica organizada pelos doutorandos e onde eles também pudessem apresentar os resultados dos seus projetos de investigação. Essa outra linha de ação é a que aqui e agora se corporiza através da presente publicação: com ela se pretende iniciar uma coleção em formato digital, através da qual se cria um espaço complementar de reflexão crítica que consegue ultrapassar e expandir o anterior âmbito de divulgação dos trabalhos dos doutorandos. Este é o primeiro volume da coleção *Seminários DEP/FLUP*, sendo que o seu conteúdo reúne a maioria das palestras e comunicações proferidas nas duas edições realizadas do evento. A intenção central que subjaz à criação da coleção é, portanto, o proporcionar de um espaço de publicação e de efetiva partilha e divulgação das experiências de

pesquisa dos estudantes do Doutorado em Estudos do Património, sedado no Departamento de Ciências e Técnicas do Património da FLUP.

Os princípios orientadores da coleção assentam na intenção de publicação de textos de natureza interdisciplinar e transdisciplinar alargada desde que cruzando problemáticas patrimoniais. Tais textos deverão ser, em grande medida, produzidos pelos doutorandos do DEP, portanto, autores cuja iniciação à investigação é ainda recente, mas ao seu lado aparecerão igualmente alguns contributos provenientes de autores mais seniores, os produzidos por especialistas convidados que possam ou não ter participado como oradores convidados na reunião científica do Seminário. A coleção assenta, assim, na valorização de interações interdisciplinares e intergeracionais. Por outro lado, não pode deixar de se pautar igualmente por uma postura baseada na qualidade sustentada das abordagens académicas apresentadas. Visando esse fim, as produções dos doutorandos beneficiam desde o início do acompanhamento e supervisão dos respetivos orientadores, sendo que posteriormente todos os textos propostos ao *Seminários DEP/FLUP* são submetidos a um processo de revisão académica com base na revisão cega por pares. Quanto à expressão linguística da publicação, é previsível que a língua predominantemente utilizada seja o português, mas as possibilidades a esse nível devem permanecer abertas, articulando nomeadamente com a nacionalidade dos autores, o que no caso dos doutorandos DEP se traduz recorrentemente num âmbito internacional. Regendo-se por tais princípios, este volume 01 reúne sete textos da autoria de estudantes do DEP – ainda inscritos no 2º e 3º ano do curso ou já recém-doutorados – e outros três, produzidos por autores seniores que, neste caso, também foram oradores numa das edições do Seminário DEP. Quanto à expressão linguística do volume, nele apenas um artigo surge escrito em espanhol, apresentando-se os restantes em português, se bem que com variações ao nível do acordo ortográfico utilizado.

Procurando concretizar esta via de crescimento duplo que inclui não apenas a produção e transmissão interpessoal de conhecimentos, mas também a sua divulgação mais alargada pela publicação escrita, este volume apresenta uma pluralidade de abordagens. Por ordem da sua sequência no volume, temos:

Márcia Chuva procura analisar o sobredimensionamento da categoria ‘património’, demonstrando como ela se tornou chave nas políticas públicas de preservação cultural. Atendendo à historicidade dos sentidos de património, para o que analisa conceções e práticas institucionais do património e do folclore no Brasil e atende ao papel desempenhado pela Unesco, formula hipóteses sobre a omnipresença da categoria património na preservação cultural na atualidade. Com base nos anacronismos detetados na historiografia, relativos à divisão entre património material e imaterial, demonstra como a mobilização de uma conceção integrada de património pode provocar uma atitude descolonial em relação ao património, aproximando-o do campo dos direitos.

João Figueiredo coloca-se o desafio de abordar a questão da exposição de objetos incluídos em categorias como ‘Arte Negra’ ou ‘máscaras de Lazarim’ (subcategorias de um conjunto mais vasto que é o próprio ‘Património’). Com o intuito de evitar a série de problemas causados por aquelas inclusões categoriais, propõe que tais objetos sejam expostos na sua essência negativa, ou seja, não enquanto representações de outras culturas ou sociedades, mas enquanto testemunhos do gesto traumático que lhes deu origem. Defende que essa alternativa pode ser uma pista útil para todos os interessados em ensaiar soluções de exibição descolonizada de peças de ‘Património’ e/ou ‘Arte Negra’.

Joaquim Loureiro propõe-se refletir e ajudar a fazer compreender a importância do conceito de mediação no campo patrimonial, socorrendo-se para isso do caso específico do Mosteiro de São Martinho de Tibães, onde coabitam três instituições que exercem as funções cultural, cultural e de acolhimento. Nesse contexto real de trabalho, destaca o papel relevante da mediação patrimonial, quer como estratégia de prevenção de conflitos, quer como processo de transformação das relações interinstitucionais, pessoais e sociais, capitalizando as diferenças e os diferendos em oportunidades de mudança e aprendizagem. Reflete ainda sobre o papel dos mediadores e o seu perfil ideal de atuação para que se alcancem os objetivos institucionalmente definidos.

Maria Manuela Restivo, cuja tese, subordinada ao tema *A construção social da arte popular portuguesa*, é beneficiária de bolsa de doutoramento concedida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, procura dar conta do momento em que, na arte popular portuguesa, emerge a figura do autor, contrariando a ideia até então dominante da arte popular como criação coletiva. Localiza essa mudança de perspetiva em meados da década de 1950 e destaca nesse processo o protagonismo de Ernesto de Sousa, artista e teórico de arte. A partir da análise do trabalho deste autor sobre arte popular portuguesa, destaca quer a singularidade do seu pensamento por comparação com os seus contemporâneos, quer a importância do seu contributo para a inauguração de uma nova forma de perspetivar a arte popular em Portugal.

Sérgio Pereira, cuja tese se subordina ao tema *Património, Turismo e Desenvolvimento: Estudo de Caso do Projeto Vale do Varosa*, apresenta aqui uma reflexão sobre a utilização dos discursos expositivos enquanto recursos pedagógicos em ambiente escolar. Apoiando-se na sua experiência como docente, procura mostrar como as tradicionais visitas de estudo a museus precisaram ser complementadas com a elaboração progressiva de atividades expositivas dentro da própria escola. Demonstra como essa estratégia permitiu alargar no tempo a experiência museal dos discentes, o que contribuiu para a aprendizagem dos estudantes envolvidos e para a valorização das atividades culturais entre a comunidade escolar e por parte desta.

Simão Mateus, cuja tese com o título *Património Paleontológico – O que é, onde está e as coleções públicas portuguesas* foi defendida em abril de 2020, discute aqui a situação peculiar dos fósseis enquanto bens patrimoniais. Partindo da pergunta desafiadora de saber se o património paleontológico será património cultural, procura chamar a atenção para a discrepância de entendimentos acerca do conceito de património entre investigadores, especialmente quando estes provêm de áreas científicas muito distintas, como as chamadas ciências sociais e as chamadas ciências naturais. Faz notar que a discussão não é apenas retórica e sem propósito prático, já que da noção de património adotada depende a interpretação da legislação e as suas possibilidades de eficiência e aplicabilidade, o que ilustra analisando algumas

consequências disso a nível nacional e em países culturalmente próximos como Espanha e Brasil.

Filipe Serra Carlos, cuja tese tem como tema *A Arte Nova na Arquitetura do Porto*, procura esboçar um retrato do atual movimento de resgate da Arte Nova em Portugal, elencando as iniciativas desenvolvidas ao longo dos anos e as respetivas entidades implicadas no processo. Demonstra como a revalorização da Arte Nova em Portugal teve início nos anos de 1950 e ganhou força nos anos de 1970, tendo o caminho percorrido permitido o extravasar dos meios académicos e institucionais e o seu maior conhecimento junto de um público mais alargado. Reconstituir este percurso contribui para se compreender como a Arte Nova em Portugal é valorizada hoje e permite identificar alguns equívocos que perduram acerca dela.

Raphael Fabrino, cuja tese tem por tema a necessidade de se conceber instrumentos legais de proteção patrimonial que sejam integrais e ultrapassem a anacrónica separação entre dimensões material e imaterial do património, procura traçar aqui de forma abrangente o percurso de ampliação da noção de património cultural e sua consolidação internacional. Através da análise e revisitação da proteção legal já acionada e das respetivas práticas socioculturais associadas à imagem do Senhor dos Passos, da Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré, de Morro Vermelho, em Minas Gerais (Brasil) demonstra como o novo paradigma patrimonial pode contribuir para a aferição de novos valores culturais, simbólicos e afetivos de bens já protegidos legalmente, mas apenas em virtude das suas características materiais.

Marisa Santos, cuja tese está centrada na investigação das práticas culturais e devocionais da população da Foz do Douro, propõe-se discutir sobre a importância da participação da comunidade no processo de identificação e valorização de bens patrimoniais. Vendo a comunidade como um agente ativo de coprodução patrimonial, procura dar a conhecer o envolvimento da comunidade da Foz do Douro no estudo da Procissão do Senhor dos Passos, do Cortejo de S. Bartolomeu e da Banda Marcial da Foz

do Douro. Defende que para o estudo de qualquer bem patrimonial é essencial o investigador compreender o seu enquadramento atual dentro da comunidade a que pertence, o que apenas pode ser conseguido pelo envolvimento da mesma em todo o processo.

Tara Trancón, cuja tese se debruça sobre os monumentos renascentistas e o Património Mundial da cidade de Salamanca, em Espanha, aborda as políticas de salvaguarda do património realizadas por meio da classificação dos ‘conjuntos históricos’ como *Bienes de Interés Cultural*. Reconhecendo que tal processo tem beneficiado Salamanca desde o século XIX, fazendo com que a cidade detenha 40 imóveis assim classificados, na sua maioria monumentos do século XVI, centra a sua atenção no conjunto histórico-artístico conhecido como *Barrio Viejo* ou *Barrio Catedralicio* que foi inscrito na Lista do Património Mundial da Unesco, em 1988.

Alice Duarte

Editora da Coleção

Porto, 2020